

AS IDÉIAS LINGÜÍSTICAS EM PORTUGAL NO SÉCULO XVIII

Maria Filomena Gonçalves
Univ. de Évora-Portugal

1. Apresentação

A historiografia da língua portuguesa constitui ainda um terreno de investigação relativamente pouco explorado, sobretudo quando comparada com a produção respeitante a outras línguas, como o francês, o espanhol ou o italiano, para só mencionarmos o espaço românico. Vários são os fatores que parecem ter determinado, até à data, um certo desinteresse, e por vezes até desconhecimento, por parte dos investigadores. Assim, entre outros fatores, cremos que para isso terão contribuído por um lado a voga de estudos sincrônicos, e, por outro, a reestruturação dos cursos universitários, que já não se denominam de Licenciaturas em Filologia Românica ou Germânica, mas Licenciaturas em Línguas e Literaturas, com uma diminuição das matérias filológicas e conseqüente perda de uma tradição de investigação nessa área. Ainda assim, existem alguns “resistentes”, aqueles que se mantêm interessados nas fontes da memória lingüística do português, e que agora vêm com agrado um ressurgir da investigação historiográfica à luz de novos princípios metodológicos e epistemológicos. De fato, a disciplina ou a área a que se vem chamando de “historiografia lingüística” tem-se colocado ultimamente como área de investigação específica, em parte herdeira da tradição filológica, embora por vezes confundida ou entremisturada com a filosofia da linguagem, com a lingüística, a história das mentalidades e, até, com a lógica. Na nossa perspectiva, a historiografia lingüística é a ciência ou disciplina que reúne os materiais sobre as línguas e o seu tratamento; as “idéias lingüísticas” são o seu objeto, recobrando, portanto, quer a história dos conceitos quer a da metalinguagem que lhes serve de suporte. Como é evidente, este é um domínio muito amplo e diversificado, no qual se pode operar por recortes, ou seja, restringindo o campo de análise, como é o caso da gramatocografia, que constitui um aspecto particular das idéias lingüísticas sem as esgotar. Vamos, de seguida, examinar mais perto a problemática colocada pelas “história das idéias lingüísticas” enquanto ciência consubstanciada num método e num objeto investigativo.

Na linha dos estudos historiográficos desenvolvidos, entre outros grupos, pela equipe de investigação dirigida por Sylvain Auroux, da Universidade de Paris VII (CNRS - Laboratoire de Histoire des Idées Linguistiques), e apoiados numa "neutralidade epistemológica" (Auroux, 1989: 16), assumimos que uma "idéia lingüística" é qualquer forma de saber acerca de uma dada língua, num determinado momento, resultando quer de uma reflexão verdadeiramente metalingüística, quer dizer, representada e manipulada por meio de uma metalinguagem, quer, ainda, como fruto de uma atividade "epilingüística"¹, isto é, produto de uma atividade não explícita (Auroux, 1989: 18, 35). Assim definida, a noção de "idéia lingüística" respeita não apenas a qualquer conhecimento fundado na "ciência lingüística", a partir portanto do século XIX com o comparativismo, mas também todos os outros conhecimentos transmitidos pela tradição (Auroux, 1989: 35). Existem basicamente dois tipos de saber metalingüístico: a) de natureza especulativa, no campo da representação abstrata; b) de natureza prática, resultante da necessidade de adquirir um determinado domínio (por ex. domínio de uma língua, o domínio da escrita, etc.), para desenvolver determinadas técnicas (por ex. as regras a aplicar) e desenvolver competências, como é o caso dos tradutores (Auroux: *ibid.*). Resta-nos ainda tratar da questão metodológica. O "historiador lingüístico" tem como tarefa principal fazer o levantamento ou a inventariação das obras, isto é, recensear o maior número possível de documentos ou fontes. É claro que esta tarefa coloca, só por si, problemas tanto de ordem externa como de ordem interna (Delesalle, 1986: 13). A problemática interna inerente à constituição do inventário inclui por ex. a questão da exaustividade que implica o reconhecimento, à partida, de que o inventário está em permanente atualização, tornando-se por isso difícil a sistematização da análise das obras. Por outro lado, é preciso atender a que uma teoria é sempre, embora em graus diferentes, condicionada pelas teorias anteriores, aquilo a que se chama o "horizonte de retrospecção" (Auroux, 1989: 9). Assim, no respeitante à história da gramática, não é possível considerar a história de um dado texto, sem nos reportarmos aos seus antecedentes. Ao problema da exaustividade, acresce-se também o da determinação das fontes fecundadoras de determinadas obras, e bem assim a tentativa de explicação das transformações conceptuais e terminológicas constatadas.

Quanto à problemática externa, convém atender, na medida do possível, não só à relação das obras com as instituições (escolas, academias, ordens religiosas, etc.) que as promoveram, as difundiram ou simplesmente as

1 Segundo Auroux (1989: 35), o termo "épilinguistique" foi adotado por Culioli, em 1968, para referir o saber inconsciente de qualquer falante acerca da sua própria língua.

utilizaram; a atividade profissional dos respectivos autores e as condições sociais e econômicas que poderão ter facilitado ou dificultado o desenvolvimento de determinadas idéias (Delesalle, 1986: 12).

Transferindo todas estas fases metodológicas para uma história das idéias lingüísticas sobre a língua portuguesa, é de sublinhar que muito se tem avançado ultimamente no tocante ao recenseamento dos textos, progresso que se deveu especialmente a um recente conspecto bibliográfico que, sem esgotar a pesquisa, veio colmatar uma enorme lacuna: trata-se da utilíssima *Historiografia Gramatical (1500-1920)*, compilada por Simão Cardoso (Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1994). Não seria justo, no entanto, deixar de mencionar contributos anteriores, como o de José Leite de Vasconcelos², ou o dos brasileiros Silveira Bueno³ e Rolando Morel Pinto⁴.

Quanto ao tratamento das obras inventariadas, o atraso pode medir-se pelo reduzido número de estudos publicados. Na verdade, a investigação tem incidido, por um lado, e compreensivelmente, sobre as primeiras gramáticas vernáculas – a de Fernão de Oliveira e a de João de Barros –, publicadas respectivamente em 1536 e 1540, e por outro lado, sobre a *Grammatica Philosophica* de Jerônimo Soares Barbosa (1822). Estes são, de resto, os autores que engrossam a bibliografia disponível. Sobre as restantes épocas, encontramos poucos estudos sistemáticos, embora seja de registar, particularmente no campo da gramaticografia, um crescente interesse por parte de investigadores estrangeiros, como é o caso de Dieter Woll⁵ e de Barbara Schäfer⁶, com artigos em publicações de grande circulação internacional. De tudo isto se depreende que, não obstante o seu estatuto internacional e a longa tradição gramatical da língua portuguesa, a sua divulgação em publicações prestigiadas, ao lado de estudos sobre outras línguas, não se encontra ao nível desejado. Encerramos aqui esta introdução, transferindo es-

2 Cf "A Filologia Portuguesa. Esboço Histórico". *Opúsculos*, vol. IV *Filologia (Parte II)*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 841-919.

3 Cf. *Formação Histórica da Língua Portuguesa*, 3a ed. revista. São Paulo: Edição Saraiva, 1967.

4 Cf. *História da Língua Portuguesa*, 4º vol.- Século XVIII. São Paulo: Editora Ática, 1988.

5 Cf. Portugiesisch: Grammatikographie. *Lexikon der Romanistischen Linguistik*, vol. VI, 2, Tübingen: MaxNiemeyer Verlag, 1994, 649-672.

6 Cf., entre outros, "Sprachtheorie und -beschreibung in der *Theoria do Discurso* von Antônio Leite Ribeiro. *Variatio Linguarum. Beiträge zu Sprachvergleich und Sprachentwicklung. Festschrift zum 60. Geburtstag von Gustav Ineichen*, Ursula Klenk et alii, Stuttgart: Steiner, 253-260; "Contribution à la grammaire idéologique au Portugal". Schlieben-Lange, Brigitte, et alii, *Europäische Sprachwissenschaft um 1800. Methodologische und historiographische Beiträge zum Umkreis der "idéologie"*, Band 2. Münster: Nodus, 101-117; "A escola sensualista passou de moda". Die französischen Ideologen bei Manuel Pinheiro de Almeida e Azevedo. Schlieben-Lange, Brigitte et alii, *Europäische Sprachwissenschaft um 1800. Methodologische und historiographische Beiträge im Umkreis der "idéologie"*. Band 4, Münster: Nodus, 1994, 209-222.

tas questões para o terreno da historiografia da língua portuguesa referente ao século XVIII.

2. O "corpus"

Partindo do volume de obras publicadas em setecentos, aqui focaremos aquelas que nos pareceram ser as grandes linhas de força da reflexão e da terminologia metalingüística daquele século, a saber, a problemática da codificação lingüística, a questão do purismo e a da consciência lingüística. Estas duas vertentes resultam da constatação de que, no inventário das obras do século XVIII, predominam essencialmente as gramáticas, os compêndios de ortografia e os dicionários, obras que funcionaram na época como veículos da "norma", quer dizer, como agentes da "codificação lingüística", nos quais estão consubstanciados os principais paradigmas do ideário lingüístico. A predominância numérica determinou, portanto, a natureza das obras a considerar, no sentido de captarmos a "dinâmica" da codificação lingüística, aqui entendida como o conjunto de princípios que assistiram à constituição e à difusão de uma idéia de "norma", com vista à unificação e à hierarquização dos vários usos. Esta codificação lingüística é representada em três vertentes, cuja relação reside, desde logo, no fato de assentarem na língua escrita, e de terem caráter prescritivo; são elas: a gramaticografia, a ortografia e a lexicografia. À gramática cabia o estabelecimento de regras sobretudo nos domínios da morfologia e da sintaxe, correspondendo, pois, à arquitetura estrutural da língua, ou ao que se imaginava que ela devesse ser; à ortografia tocava-lhe a fixação de um sistema gráfico enformado por determinados princípios, tais como a etimologia, a analogia e o uso; finalmente, nos dicionários fazia-se a listagem do léxico, disponibilizando-o segundo um formato alfabético e uma rede de remissões internas, ao mesmo tempo que se prestavam informações oriundas das vertentes anteriores, ou seja, fornecendo noções de ordem gramatical e/ou ortográfica.

O corpus que apresentaremos a seguir, resulta, porém, de uma segunda seleção⁷: da primeira, realizada com base no inventário geral das obras do século XVIII, partimos para uma escolha, ainda mais restritiva, em função da qual retivemos as obras que não só testemunhassem a codificação lingüística e o purismo, mas também revelassem os paradigmas ideológicos dominantes da época considerada e sua transformação. Da ponderação destes

7 Lembramos que estas notas sobre as idéias lingüísticas setecentistas constituem apenas a apresentação de um programa de investigação mais amplo.

aspectos, juntamente com o trânsito editorial (o número de edições e as instituições promotoras) e o impacto das obras (o número de citações ou de referências de que foram objeto), chegamos ao seguinte "corpus":

– *Gramáticas:*

1732 - João de Moraes Madureira Feijó, *Arte Explicada*.

1770/71 - Antônio dos Reis Lobato, *Arte Explicada da Grammatica Portugueza*.

1783 - Bernardo de Lima e Melo Bacelar, *Grammatica Philosophica*.

1799 - Pedro José de Figueiredo, *Arte Explicada da Grammatica Portugueza*.

1799 - Pedro José da Fonseca, *Rudimentos da Grammatica Portugueza*.

– *Ortografias:*

1734 - João de Moraes Madureira Feijó, *Orthographia ou Arte de Escrever e Pronunciar com Acerto a Lingua Portugueza*.

1736 - D. Luís Caetano de Lima, *Orthographia da Lingua Portugueza*.

1767 - Frei Luís do Monte Carmelo, *Compendio de Orthografia*.

1770 - João Pinheiro Freire da Cunha, *Breve Tratado da Orthografia (...)*

1783 - Francisco Felix Carneiro Souto-Maior, *Orthographia Portugueza*.

1783 - Bernardo de Lima e Melo Bacelar, *Orthographia Philosophica*.

1790 - Francisco Nunes Cardoso, *Arte da Orthographia Portugueza*.

1790 - Francisco Nunes Cardoso, *Exame Critico das Regras de Orthographia Portugueza*.

– *Dicionários:*

1712-1728 - Rafael Bluteau, *Vocabulario Portuguez e Latino*.

1783 - Bernardo de Lima e Melo Bacelar, *Diccionario da Lingua Portugueza*.

1789 - Antônio de Moraes Silva, *Diccionario da Lingua Portugueza*.

1798/99 - Frei Joaquim de Santa Rosa de Viterbo, *Elucidario das Palavras, Termos e Phrases que em Portugal Antigamente se Usaram e que Hoje Regularmente se Ignoram*

1793 - Academia Real das Sciencias, *Diccionario da Lingoa Portugueza*.

Excluimos as obras que pela sua natureza, pela variedade das matérias tratadas, ou pelo fato de apenas terem sido publicadas no século seguinte, não se enquadram especificamente em uma das vertentes apontadas. Tal é o caso do rico e polêmico *Verdadeiro Método de Estudar* (1746/1747), de Luís Antônio Verney, do *Ensaio Crítico sobre qual seja o uso prudente das palavras, de que se servirão os nossos bons escritores do século XV e XVI e deixar os que depois se seguirão até ao presente*, de Antônio Neves Pereira (1793), das *Reflexões sobre a Lingua Portugueza*⁸ (1842) de Francisco José Freire e, finalmente, do *Glossario das Palavras e Frases da Lingua France-*

sa (...) (1816) e o *Ensayo sobre Alguns Synonimos de Lingua Portugueza* (1824-1828), ambos do Cardeal Saraiva (Fr. Francisco de São Luís)⁹.

3. A problemática externa

Ao fazermos a introdução aos pressupostos metodológicos e epistemológicos da historiografia lingüística, já nos referíamos aos problemas externos colocados por uma determinada obra ou por um "corpus" de obras. Com respeito à época de setecentos, teremos de considerar a relação dos textos metalingüísticos com vários aspectos do contexto cultural e político da época. Desse quadro, destacamos sobretudo que o ensino das línguas - talvez devesse dizer o ensino do latim - estava nas mãos dos Jesuítas, que desde o século XVI tinham adotado como manual escolar a Gramática de Manuel Álvares (1572), texto que conheceu uma enorme aceitação, chegando a ter 320 edições em todo o mundo¹⁰. Esse mesmo texto deu origem a variadíssimos outros, as chamadas "Explicationes", quer dizer, obras que lhe serviam de elucidação, entre as quais se conta precisamente a *Arte Explicada* (1732), de Madureira Feijó. O ensino da língua materna tinha, portanto, um estatuto de inferioridade face ao do latim, a língua de todos os atos relevantes da vida social e cultural, de que são exemplo os ofícios religiosos e os textos científicos. Na verdade, o estatuto do ensino do português vai ser oficializado graças a um ato político do Marquês de Pombal, ministro de D. José I, que acabou por ter imensas repercussões pedagógico-didáticas e culturais, refletindo-se também na história de alguns dos textos que aqui nos ocupam.

Referimo-nos, claro está, à expulsão dos Jesuítas em 1759, e à subsequente proibição dos seus manuais de ensino, especialmente da gramática alvarística e explicações, seguida da sua substituição por um conjunto de obras indicadas nas *Instrucçoens para os professores de Grammatica Latina* (cf. figura 1), com a mesma data do Alvará Régio de 28 de Junho de 1759.

8 A obra foi publicada postumamente, na Sociedade Propagadora de Conhecimentos Úteis, no século XIX, mas havia sido escrita pelo escritor arcádico na segunda metade do anterior, inscrevendo-se no ideário de setecentos. Dela possuímos em Évora o manuscrito a partir do qual Heliodoro da Cunha Rivara, diretor da Biblioteca desta cidade, fará a edição que também prefaciou.

9 Como demonstrou Mário Vilela (cf. bibliografia), apesar da data de publicação das obras, as concepções lingüísticas do Cardeal Saraiva enquadram-se ainda no ideário lingüístico setecentista.

10 Se atendermos à ampla difusão desta gramática assim como à variedade de países em que foi editada, sem exagero poderemos afirmar tratar-se de um caso de universalidade de um gramático português. Vide, Telmo Verdelho, *Historiografia Gramatical e Reforma do Ensino. A propósito de três centenários: Manuel Álvares, Bento Pereira e Marquês de Pombal*, Separata de *Brigantia*, 2,4, 1982, pp.347-383.

A este, seguir-se-á a reforma dos "Estudos Menores". Estas disposições legais, nomeadamente a oficilização por Alvará de 30 de setembro de 1770, da *Arte da Grammatica da Língua portuguesa*, de Antônio José dos Reis Lobato, alteraram substancialmente o quadro pedagógico, uma vez que elas significaram uma promoção da língua materna, abrindo portas para a "democratização do acesso à palavra escrita e para um alargamento da participação na vida pública" (Verdelho, 1982: 28). Não se tratou da simples substituição de manuais por questões políticas - o afastamento da Companhia de Jesus, passando os Oratorianos¹¹ à esfera de influência do poder -, mas sim de uma mudança na concepção do papel da língua na educação e como manifestação do poder. O "iluminismo" (a Aufklärung) é a corrente de pensamento subjacente a estas transformações. Dessa modernidade temos, para além das fontes invocadas por Lobato, sinais no próprio prólogo da *Arte da Grammatica da Língua Portuguesa*, onde surgem referências às "nações cultas", às "luzes da Filosofia" bem como repetidas apologias do ensino da língua materna, precedendo o do latim, como de resto já tinham defendido Amaro de Roboredo¹², em 1619, e Contador de Argote¹³, em 1721 (a 2ª ed. é de 1725). No plano lingüístico, as concepções de Lobato decorrem sobretudo da influência da racionalização logicista da gramática geral. Das fontes das obras aqui consideradas falaremos, no entanto, mais adiante.

Passemos agora às questões internas.

4. Problemática interna

A problemática interna das obras que apontamos como manifestações da codificação lingüística no século XVIII diz respeito à estruturação interna de cada uma delas, quer dizer, à maneira como o ideário lingüístico se plas-

11 Note-se que alguns dos livros recomendados para o ensino do latim, do grego, do hebraico, da retórica, etc. eram da autoria de oratorianos ou de seguidores desta Congregação, como é o caso de Antônio Pereira de Figueiredo, cujo *Novo Methodo de Grammatica Latina, para uso das Escolas da Congregação do Oratorio na Real Cas de N. Senhora das Necessidades* (Ordenado e composto pela mesma Congregação. Lisboa, Na Ofic. de Miguel Rodrigues), de 1752, passou a ser a gramática oficial para o ensino do latim, em substituição das gramáticas dos jesuítas.

12 Cf. *Methodo Grammatical para todas as Linguas*. Lisboa: Pedro Craesbeeck. Na verdade esta obra deve ser uma adaptação para português do manual do irlandês William Bathe. Esta obra, assim como a *Porta de Linguas*, cujo título dá continuidade a uma antiga tradição medieval da "Ianua Linguarum", constituem um antecedente "avant la lettre" da gramática comparativa, ou pelo menos uma herança dos exercícios de comparação multilingue, que de há muito era praticada. A verdade é que Roboredo faz já algumas referências ao Brocense, Francisco Sánchez de las Brozas, cuja *Minerva* fornecerá algumas das bases da *Gramática* de Port-Royal, fato que parece reforçar a idéia de que o português Roboredo, ainda que tímida e incipientemente, aponta no sentido da revolução racionalizante registada a partir da publicação, em 1660, da *Grammaire Générale et Raisonné*.

13 Cf. *Regras da Língua Portuguesa Espelho da Latina*.

mava na organização e na terminologia de suporte das gramáticas, das ortografias e dos dicionários. Trata-se, por um lado, da análise dos textos quanto ao seu programa metodológico (patente muitas vezes nos prólogos ou nas introduções das obras) e sua organização interna (aquilo a que tradicionalmente se chama de "partes da gramática"); por outro lado, trata-se também das relações de uns textos com os outros, enquanto reflexos dos dados externos anteriormente referidos.

4.1. A vertente gramatical

Na vertente gramatical são de destacar dois momentos marcados por dois textos - o de Lobato (1771) e o Melo Bacelar (1783) -, que representam uma clivagem, embora a diferentes níveis, relativamente às gramáticas subsidiárias do modelo latino, que se apoiavam na aplicação à língua portuguesa do sistema de declinações e de casos. Para além das razões acima apontadas, o primeiro destes textos, a *Arte da Grammatica da Lingua Portuguesa* de Lobato, reveste-se de enorme interesse na historiografia lingüística, pelo fato de a sua introdução constituir uma verdadeira declaração de princípios, ou seja, um programa ideológico em que são mencionadas inclusivamente as fontes doutrinárias. Se é verdade que desde sempre os gramáticos afirmaram a originalidade das suas obras, também não o é menos que essa declaração nem sempre se traduzia em transformações reais do conteúdo e da terminologia das obras; mas em Lobato é de salientar o explícito enquadramento num programa pedagógico-didático oficial (o Alvará do Marquês de Pombal), como já referimos, e numa corrente de pensamento subjacente às influências reivindicadas como coordenadas ideológicas. Examinemos, pois, o teor dessa introdução. Por um lado, são de assinalar as expressões usadas como manifestação do espírito iluminado, de que são exemplo as referências às "*Nações cultas, às razões e verdadeiras causas da Lingua Portuguesa, causas e razões da língua, à doutrina dos grammaticos mais celebres, que com as luzes da Filosofia examinarão a natureza, e propriedades das palavras*", ou, em fim, "*a larga especulação com que examinei as causas, e usos da Lingua Portuguesa, seguindo as doutrinas de Sanches, Perizonio, Vossio, Scioppio e Lanceloto, por excederem estes célebres Grammaticos aos antigos em examinarem filosoficamente as materias, pois he certo, que sem o socorro da Filosofia se não póde conhecer perfeitamente a natureza das partes da oração*". As declarações ideológicas mais reiteradas na *Introdução* são, todavia, a apologia do ensino da gramática da língua materna, por um lado, e, por outro, a racionalização dos princípios, formuladas nos seguintes termos: (...) *na Grammatica materna, de que o uso nos tem ensinado a prática das suas regras, sem dificuldade se aprendem*

muitos principios, que são communs a todas as línguas (...) (cf. p. X-XI); ainda (...) os Mestres das escolas de ler, de ordinario não tem a instrucção necessaria para ensinarem a fallar, e escrever a Lingua Portugueza por principios. Do que provém sahirem das escolas os seus discipulos cheios de irremediaveis vicios, assim no pronunciar, como em escrever as palavras Portuguezas (...). Sómente se poderia evitar este tão grande prejuizo, se se approvassem para Mestres das sobreditas escolas pessoas, que tivessem perfeito conhecimento dos principios da Lingua Portugueza e, para finalizar, Mas ninguem se admire que sendo tantos os clamores, com que homens tão doutos publicação a necessidade de escolas da Grammatica materna, não tenham sido estes até agora ouvidos; por quanto o desprezo da Grammatica materna procede do erro, em que quasi todos estão, de julgar superfluo o trabalho de aprender pelo uso de regras aquillo mesmo, de que já o uso lhes ensinou a prática; não advertindo, que em matéria nenhuma se póde fallar sem medo de errar, faltando o governo das regras; pois ainda aquelles, que sabem a Grammatica da sua língua natural, se não livram de defeitos" (Cf. p. XVI). Para além destas afirmações, estritamente no plano da estrutura interna da gramática, quer dizer, no tratamento das suas partes principais, a saber, a "Etymologia" e a "Syntaxe"¹⁴, e bem assim na "descrição" ou apresentação dos fatos da língua, a gramática de Lobato continua presa ao modelo latino da flexão em declinações e em casos, pelo que as renovações não são verdadeiramente estruturais, mas tão só pontuais.

O segundo marco gramatical de setecentos é a *Grammatica Philosophica da Lingua*¹⁵ *Portugueza* (1783), de Bernardo de Lima e Melo Bacelar, um franciscano que se cartou com o arcebispo de Évora, Frei Manuel do Cenáculo, uma das mais destacadas figuras intelectuais do século XVIII. Trata-se de um breve tratado de apenas 56 páginas, se contarmos também a *Orthographia Philosophica* que a segue, e que, sem apresentar um prólogo tão extenso e esclarecedor quanto o da gramática de Lobato, não deixa de nos informar acerca do espírito que lhe determinou quer o título quer a estru-

14 Quanto às outras partes referidas pelo gramático - a ortografia e a prosódia -, Lobato tencionava tratar a ortografia separadamente, o que não chegou a fazer, embora pelo menos em uma edição datada de 1842, com o título de *Grammatica Portugueza do Bacharel Antônio José dos Reis* (Emendada dos erros, que por longo tempo lhe amontoou o descuido typographico, e augmentada nesta privativa edição com o tractado d'Orthographia ultimamente seguida dos nossos mais abalisados escriptores, Lisboa, Typographia de S. J. R. da Silva), a gramática contenha uma parte sobre a ortografia, capítulo que lhe foi acrescentado por José Joaquim Bordalo, editor do texto. Com respeito à prosódia, esta não figura exatamente com esta designação, mas na qualidade de "Proêmio", e o seu tratamento é muito reduzido em comparação com o das outras partes.

15 Na Europa, já antes desta obra tinham sido publicadas obras com títulos semelhantes. Veja-se: Gaspar Schopp (Scioppius), *Grammatica Philosophica* (1628, 1664, 1704).

tura interna. Assim, quando no título deparamos com o termo "arrazoadamente" logo seguido, no prólogo, de referências a um "novo método, e reflexões novíssimas, e importantíssimas" (atente-se na superlativação), detectamos nitidamente os sinais da vinculação desta gramática ao logicismo de Port-Royal e ao iluminismo lingüístico, patentes igualmente no prólogo do *Diccionario da Lingua Portuguesa* de Melo Bacelar pela referência à "iluminada França". Estes indícios são depois confirmados já pela definição do conceito de gramática já pelo seu conteúdo, sendo que a primeira confirma explicitamente a tendência racionalista do gramático, ao apresentar a gramática como *huma collecção de Leis, com que arrazoadamente fabricamos, e dispomos os sons, que communicão aos outros os nossos pensamentos* (p.2), acrescentando que a *Diferença, que tem a Grammatica Philosophica das mais Grammaticas, que pelo commum não são outra cousa mais, que hum'a collecção de Leis, quasi arbitrarias sobre os sons, que communicão os conceitos* (p.2). Por outro lado, o repetido emprego do termo "comunicação" e seu correlato "communicar" coloca a tônica na função comunicativa e no uso coletivo do objeto língua. Disso são exemplo os seguintes passos da *Grammatica: Começaram os homens a traficar, e communicar-se mais, e mais; e para este fim inventarão copia de sons. Destes, e dos innatos derivarão outros: e determinando as leis de os collocar vierão desta sorte a ter huma perfeita língua de communicação, cujo arrazoadado, ou discursado regulamento, se chama Grammatica Philosophica* (p. 3). Vale ainda a pena lermos o que segue: *Daqui se segue 1: que os sons regulados são o objeto, e partes da Grammatica Philosophica: 2. que o seu fim he a communicação, que por estes se alcança: 3. que a sua necessidade he igual á da sociedade reciproca: que a antiguidade he coéva a nossos primeiros pais* (p.3).

Quanto ao tratamento das partes da gramática, ele está em consonância com a divisão tripartida da *Oração (ou são a proposição), que he a unica cousa que o Grammatico pertende fazer*: essas partes são então o "Agente ou Nominativo"; a "Ação ou verbo", e o "Accionado ou paciente". Para além destas, o gramático considera os "Adjuntos" (o artigo, o pronome, a preposição, o advérbio, a conjunção e a interjeição), quer dizer, as partes que "não são essenciais" e "explicam melhor as circunstâncias na oração Grammatical", equivalendo aos sincategoremas dos Lógicos. Apesar de ainda recorrer aos casos latinos, à semelhança da *Grammaire Générale et Raisonnée* (1660), de Port-Royal, e de certos "idéologues" da gramática francesa, para explicar a flexão nominal e as "declinações" dos artigos e dos pronomes, o relevo conferido à função comunicativa da língua, bem como a análise da frase enquanto unidade significativa, em lugar da tradicional divisão em partes do discurso, e, por outro lado, a aplicação do método expositivo, evoluin-

do do complexo para o simples (Torres, 1994: 459-466), são suficientes para concluirmos das mudanças conceptuais introduzidas por este texto na história da gramática portuguesa.

No âmbito da vertente gramatical, vamos ocupar-nos ainda do texto que mais explicitamente assumiu a independência da gramática da língua materna em relação ao modelo latino, já pelo formato da gramática, já pela rejeição da análise das funções sintáticas a partir das declinações e dos casos: trata-se dos *Rudimentos da Grammatica Portugueza*, publicados anonimamente, em 1799, por Pedro José da Fonseca, membro fundador da Academia Real das Ciências de Lisboa¹⁶. Também neste caso, o prólogo constitui um exemplo de declaração de princípios metodológicos e doutrinários, em que a defesa do ensino da gramática da língua materna é a pedra angular das preocupações do gramático, que esclarece o seguinte: *se o estudo da Grammatica da propria lingoa se antecipára, como devêra ser, aos outros, que convém aos primeiros annos de vida, facilitaria muito a percepção das regras dos idiomas estranhos, principalmente as do Latim (...)* (p. V). Ali encontramos também referências à "pureza" da língua. Um dos aspectos diferenciadores deste prólogo é, por outro lado, a longa justificação do corpus exemplificativo ao qual o gramático se refere nestes termos: (...) *todos estes exemplos são tirados dos nossos Classicos, isto he daquelles bons escriptores Portuguezes, que ou pela sua ancianidade, ou por consenso commum fazem autoridade na lingoa, a qual se nos transmittio por elles já formada, e enriquecida com preciosos dotes, gravando lhe juntamente o indelevel character, que tanto a singulariza* (p. XIII). A isto acrescenta-se a estreita vinculação do gramático à tendência racionalizante da *Grammaire Générale* e à teoria sensista de Condillac, patenteada a primeira em expressões como "os elementos do discurso são communs a todas as linguas" (p. V), "a ordem, e solidez dos preceitos, perspicuidade em os expôr, e averiguação dos seus principios (...)" (p. VIII), "(...) para saber as regras não basta entendelas, nem havelas tomado de cór, pois que além disto se faz necessario ter adquirido o habito de as applicar" (p. X-XI), enquanto que a segunda transparece, por exemplo, ao afirmar que "As palavras consideradas como sinaes dos nossos pensamentos são a materia da sobreditta Grammatica" (p.2). Embora a definição de gramática (em geral e em particular) não vá além do conceito de "arte" que "dá preceitos para fallar, e escrever huma

16 A Academia fora fundada em 1779, com o patrocínio da rainha D. Maria I, que aprovou os seus estatutos. Um dos propósitos estatutários era precisamente o de produzir um dicionário e um compêndio ortográfico: o primeiro, de que saiu um tomo em 1793, referente à letra A, ficaria inacabado, e o segundo nunca passou à fase da execução, pelo menos naquela época.

lingoa correctamente, isto he sem erros", esclarece-nos, contudo, que o seu modelo lingüístico parte da observação de determinados usos sociais, dizendo o gramático a esse propósito: "Estes preceitos se formão de observações feitas sobre o modo, com que as pessoas bem educadas, e os bons Autores costumão fallar, e escrever a lingoagem da sua nação" (p.1).

Para encerrarmos, acrescenta-se apenas que esta não é a única obra em que já sobressaem reflexos da influência quer da gramática geral, quer do logicismo¹⁷ e do iluminismo lingüísticos. Na *Arte de Grammatica Portuguesa* (1799), de Pedro José de Figueiredo, encontramos também alguns sinais daquelas tendências, de que é exemplo significativo a apresentação de um resumo ou quadro sintético-analítico (cf. figuras 2 e 3), cujos dados são reunidos por meio de chavetas, um recurso habitual dos autores dos artigos da *Encyclopédie*¹⁸. O traço epistemológico deste período, que em Portugal se estende até para além de meados de oitocentos, é a aplicação da teoria das idéias e da significação aos fenômenos lingüísticos (Aroux: 1973, 48-49), fato que se traduziu num progressivo desenvolvimento da sintaxe, e em particular da análise das proposições, de que o exemplo mais completo e bem sucedido é a *Grammatica Philosophica da Lingua Portuguesa* (1822; 1830), de Soares Barbosa, que será copiada e imitada até ao aparecimento das primeiras gramáticas "científicas"¹⁹, nas quais se aplicava a concepção e a metodologia comparativista.

4.2. A vertente ortográfica

A vertente ortográfica da codificação lingüística é a mais representada do ponto de vista numérico. Muitos dos ortografistas de setecentos eram simultaneamente gramáticos, uma vez que nas suas obras incluem frequentemente um capítulo consagrado aos principais aspectos gramaticais, cujo conhecimento tinha implicações no plano gráfico (por ex. a formação do feminino, a formação do plural ou a conjugação verbal com as mudanças vocálicas e consonânticas registadas na flexão). Também se verifica a situação

17 Sobre racionalismo lingüístico e suas manifestações, veja-se o estudo de Daniel Droixhe, *La linguistique et l'appel de l'histoire (1600-1800)*. Genève-Paris, Librairie Droz, 1978.

18 Para além da introdução de um novo formato – o esquema sinóptico apoiado em chavetas, como forma de aglutinar e de racionalizar a informação –, Pedro José de Figueiredo revela as mesmas influências também no tocante aos conteúdos e sua apresentação.

19 Os primeiros textos em que tais orientações são aplicadas ao português, a partir da influência do comparativismo da escola alemã são: *A Lingua Portuguesa. Phonologia, Etymologia, Morphologia e Sintaxe* (1868), de Francisco Adolfo Coelho, que assim introduz o método científico em Portugal, e a *Grammatica Prática da Lingua Portuguesa* (1870), de Augusto Epifânio da Silva Dias.

inversa, quer dizer, as gramáticas incluem, muitas vezes, um capítulo que trata da ortografia, embora não seja esse o caso das que referimos atrás. A relação entre a vertente gramatical e a vertente ortográfica é, pois, muito íntima, intrínseca mesmo, se tivermos em conta a etimologia da palavra *ortografia* (do gr. *gramma* "letra"), isto é " a ciência das letras". Dos ortografistas do século XVIII destaca-se com vantagem Madureira Feijó, tanto pelo número das edições como pela repercussão da sua obra até meados do século seguinte. Já nos ocupamos dele num estudo em que procurávamos demonstrar que a doutrina do ortógrafo se consubstancia num sistema cuja arquitetura compreende unidades de natureza vária (etimológica, analógica e de uso), em estreita articulação com os dados culturais da época do autor. A *Orthographia ou Arte de Escrever e Pronunciar com Acerto a Lingua Portuguesa* (1734) conheceu um trânsito editorial invulgar para aquela época, com reimpressões que vão até pelo menos 1861 (Nova Edição)²⁰, só sendo ultrapassado pelas incontáveis edições da gramática de Lobato. Apesar da proibição da *Arte Explicada* pelo Alvará Régio, note-se que a *Orthographia* de Feijó resistiu sem ser aparentemente afetada pela condenação da gramática do seu autor. Mau grado o espírito barroco, manifestado na superfetação em regras, e sobretudo em exceções resultantes de concessões ao uso, na *Orthographia* já existem indícios de racionalização neoclássica, patentes na apologia da língua portuguesa e no desejo de a devolver a um certo purismo. Quanto ao sistema gráfico adotado na obra, este é dominado pelo princípio etimológico (na aceitação dos grupos gregos e latinos, nos grafemas mudos, etc.) e pela analogia, com pontuais cedências ao uso e muitas arbitrariedades, estando por isso distanciado do princípio fonético que no mesmo século será defendido e praticado por Verney. Para além do conjunto de regras, que elevam ao máximo expoente o peso da componente etimológica do sistema gráfico, tem também muito interesse, em particular para a lexicologia e lexicografia, a listagem de "erros do vulgo" e respectivas "emendas", que constitui a parte mais volumosa da *Orthographia*. Sem constituir uma completa novidade, esta prática cobra em Madureira Feijó um estatuto de exercício paralexigráfico, pela ordenação alfabética bem como pelo tipo de informações contidas nas entradas. Ali deparamos não apenas correções ortográficas, como seria de esperar, mas também esclarecimentos referentes à prosódia (o lugar do acento tónico), elucidações semânticas e informações relativas ao âmbito técnico de algumas palavras. Vejam-se os exemplos seguintes: "*Cathártico* na Medicína he o mesmo que purgante" (p.238); *Fraca-*

20 A título exemplificativo, daremos as datas de algumas impressões: 1739 (2ª: Lisboa e Coimbra); 1781, 1786, 1814, 1815, 1818, 1824, 1836 e 1861 (Nova edição).

ço, ou confôrme a melhor etymologíã usase na significaçã de desgraça repentina" (p.329); "*Espatula*, pen. br. entre Boticarios instrumento de pão para mesclar xarópes. entre Cirurgoens instrumento de ferro para estender unguentos" (p.304); "*Grutesco*, termo de pintor, e huma pintura, que imita o tosco das grutas. outros dizem Brutesco, e he o mesmo" (p.345). Ao reunir num único compêndio rudimentos gramaticais, regras ortográficas e um "pequeno vocabulário", o autor visava transformar a obra num "vademecum".

A particular estrutura da *Orthographia*²¹ de Madureira Feijó, vai repercutir-se nas obras posteriores, e especialmente no *Compendio de Orthographia* (1756) de Frei Luís do Monte Carmelo (cf. figura 4), que leva ao extremo a listagem do léxico dando continuidade à preponderância do critério etimológico. Também neste caso são tratados aspectos gramaticais (por ex. as partes do discurso e questões como a flexão nominal) como preparação para as regras ortográficas. A abundante inventariação lexical de Monte Carmelo revela-se, no entanto, mais interessante que a de Feijó, sobretudo pela introdução de distinções a respeito dos níveis de língua (por ex. rústico, vulgar, plebeu), nível técnico-profissional e científico ("Mathematica", "Nautica", etc.) ou à arcaicidade dos termos (por ex. Antigo). Acrescente-se, por fim, que tanto Monte Carmelo como Madureira Feijó incluem nos seus vocabulários muitos termos referentes a realidades do Oriente, de África e do Brasil. No final da obra de Monte Carmelo, encontramos ainda uma das primeiras²² descrições dos falares ou dialetos do português europeu, chamados de "vícios da plebe", de acordo com a norma purista da época.

Antes de Monte Carmelo, em 1736, publicara já D. Luís Caetano de Lima uma *Orthographia da Lingua Portuguesa*, que dispensava a componente gramatical e em que o princípio etimológico, numa discreta manifestação de espírito racionalista, era aplicado mais racionalmente do que em Feijó, e, ao contrário deste, no caso de Caetano de Lima, as listagens de exemplos não têm a intenção de constituir um vocabulário. Seguindo igualmente o princípio etimológico, temos ainda o *Breve Tratado da Orthographia* (1770), de João Pinheiro Freire da Cunha, fundador de uma Academia Orthographica, que visava responder à falta de uma norma oficial, e que terá funcionado durante pelo menos trinta e dois anos. Mais original, embora se inscreva também no critério etimológico, é a *Orthographia Philosophica da*

21 Das 553 páginas deste manual, 383 são preenchidas com listas de exemplos ordenados alfabeticamente (Eros comuns da Pronunçiaçam do vulgo com as suas emendas em cada letra).

22 A primeira, data de 1721/1725 e deve-se a D. Jerónimo Contador de Argote, nas *Regras da Lingua Portuguesa, espelho da Latina*.

*Lingua Portugueza, para se escrever arrazoadamente (...)*²³ (1783), de Melo Bacelar já aqui referido (cf. figura 5). Tal como observáramos na gramática do mesmo autor, a definição de ortografia já não recorre ao termo "arte", dando lugar à noção de *Collecção de Leis, com que arrazoadamente escrevemos, ou representamos em caractéres aos auzentes os sons, accentos e adjuntos, que aos presentes communicão os nossos pensamentos* (p. 40). Daqui se infere que a escrita é uma forma de comunicação em diferido, isto é, em que o destinador e o destinatário não são compresentes, reiterando-se a insistência na função comunicativa da linguagem e da língua (oral e escrita) como seu objeto. Ortografia filosófica e ortografia sônica – a expressão usa-se no século XIX – não são, contudo, expressões sinônimas, porquanto a tentativa de racionalização das regras ortográficas não significa simplificação ou reforma ortográfica. Ainda assim, o ortógrafo articula o sistema ortográfico em dois níveis: o alfabético (as "figuras representantes") e o extra-alfabético²⁴ (os "Adjuntos") que respeita aos sinais de pontuação.

4.3. A vertente lexicográfica

No domínio da área da lexicografia, referir-nos-emos brevemente ao caso do *Diccionario da Lingua Portugueza*, publicado em 1793 pela Academia Real das Ciências, uma vez que tanto a obra de Bluteau como a de Moraes Silva mereceriam uma atenção mais demorada. O objetivo declarado na "Planta do Diccionario"²⁵, que constitui de resto um verdadeiro programa

23 A gramática acompanha o dicionário do mesmo autor. Em Portugal a expressão "gramática filosófica" conhecerá bastante fortuna no século XIX, enquanto que a expressão "gramática geral" surge em especial como subtítulo da anterior. Vejam-se por ex. os casos de João Crisóstomo do Couto e Melo, *Gramática Filosófica da Linguagem Portugueza*, Lisboa, 1818, Jerónimo Soares Barbosa, *Grammatica Philosophica da Lingua Portugueza ou Principios da Grammatica Geral applicados á Lingua Portugueza* (Lisboa, 1822; 2a 1830) e Antônio Camilo Xavier de Quadros, *Grammatica Philosophica* (...), Lisboa, 1839; também no Brasil a expressão foi frequente neste tipo de obras. Vide: P. Antônio da Costa Duarte, *Compendio de Grammatica Philosophica da Lingua Portugueza* (...), 2ª ed., Maranhão, 1840; Manuel Soares da Silva Bezerra, *Compendio da Grammatica Philosophica*, Ceará, 1861; Raimundo Câmara Bettencourt, *Epítome da Grammatica Philosophica da Lingua Portugueza*, Rio de Janeiro, 1862.

24 No plano alfabético encontram-se as unidades gráficas que estabelecem relações com o sistema fonético-fonológico, ao passo que no plano extra-alfabético incluímos unidades que guardam relações com os sistemas sintático-semântico. Podemos considerar ainda o plano dos morfogramas, quer dizer, das unidades que, no caso do sistema gráfico português, para além de valor fônico têm uma função morfológica, como é o caso do acento que permite distinguir um substantivo de uma forma verbal da mesma família, etc. Em todo o caso, este tipo de unidades é menos numeroso que as restantes, fato que se explica pelo tipo de evolução fonética registada do latim para português, em que o grau de homofonia é incomparavelmente mais reduzido que o do francês.

25 Sobre o conteúdo da planta, veja-se o artigo da autora, *Lexicografia e Ortografia no Dicionário da Academia (1793)*, *XX^e Congrès International de Linguistique et Philologie Romanes* (Actes), Tome IV, Section VI - *Lexicographie/Iberoromania*, Tübingen, Gunther Narr Verlag, 1993. pp.651-664.

ideológico dos acadêmicos, era fazer um dicionário normativo que visasse "fixar" a língua, "fazer-lhe estável a consistência", a "regularidade" e a "pureza". O exame das entradas dicionarísticas revela que, para além de normativo, ele é também "descritivo" porque aponta os usos existentes e as combinações sintagmáticas possíveis (por ex. o uso de epítetos e a ilustração da regência verbal), atestando assim a sua modernidade quer pela inclusão da gramática no dicionário, quer pela abundante exemplificação textual. Pelas fontes mencionadas, confirma-se igualmente a integração no espírito das luzes. O caráter enciclopédico de que a obra se revestia ficou patente na extensão desproporcionada e anti-econômica de alguns artigos, pelo que os acadêmicos renunciaram à tarefa de terminá-lo. Em todo o caso, este volume (letra A) demonstra claramente uma concepção moderna da técnica lexicográfica, que anuncia os dicionários atuais.

5. As fontes

Um dos aspectos mais interessantes da historiografia lingüística é precisamente a questão das fontes inspiradoras dos autores. A este propósito, convém fazer uma distinção entre as "influências reivindicadas" e as "influências recebidas" por um autor: no primeiro caso, declara-se explicitamente devedor ou seguidor de determinado autor ou corrente, referindo o nome ou mencionando as obras; no segundo caso, podemos encontrar ou uma influência explícita, atestada pela confissão de empréstimos terminológicos ou conceptuais, muitas vezes acompanhados de citações, ou uma influência implícita, quando o autor é mencionado vagamente (por ex. num prólogo ou introdução), sem que todavia se invoque a sua autoridade no tratamento das matérias. Posto isto, vamos passar uma vista de olhos pelas fontes reivindicadas pelos autores acima focados, para nos apercebermos, se não das possíveis influências recebidas – tarefa bastante comprometedoras sobretudo no plano do empréstimo de conceitos –, pelo menos da informação à qual os autores tiveram acesso e do seu grau de atualização.²⁶

Assim, no respeitante a Lobato (1771) registam-se referência a Pierre Restaut²⁷, Claude Buffier e Lancelot, mas predominam os seguintes autores: Francisco Sánchez de las Brozas, o Brocense, autor da reputada *Minerva*

26 Em geral, os nomes dos autores figuram pela ordem em que foram apresentados pelos gramáticos portugueses.

27 Restaut é o autor dos *Principes généraux et raisonnés de la grammaire française avec des observations sur l'orthographe, les accents, la ponctuation et la prononciation* (Paris, 1730). Esta obra teve 30 edições até 1797. Vide, Cf. Amadeu Torres (1994: 53).

(Salamanca, 1587); Vossius²⁸, Perizonius, Scioppio e os autores de Port-Royal. Na pequena gramática de Melo Bacelar (1783) as referências são poucas, mas bastante interessantes; há uma referência a Voltaire, outra à *Encyclopédie* de Diderot e d'Alembert (1756) e à *Encyclopédie Méthodique. Grammaire et Littérature*, 3 vols, Paris, 1782, publicada apenas um ano antes da gramática de Bacelar. Quanto ao acadêmico Pedro José da Fonseca, no prólogo da sua gramática, ele apresenta repetidamente citações de Condillac (*Cours d'Étude*, Tome I-Grammaire)²⁹ et Du Marsais³⁰ (*Principes de Grammaire*). Na *Introdução ao Dicionario da Academia* surgem-nos também algumas referências, e até citações na língua original: de Condillac, no *Cours d'Étude, Discours Préliminaire*; Despréaux, na *Art Poétique*, chant I, v. 161-162; da *Grammatica da Língua Castelhana*, da Real Academia Espanhola; dos portugueses mencionados como autoridade, ressalta, para além de Rafael Bluteau com o seu *Vocabulario Latino-Português*, Fr. João de Sousa, com a sua obra *Vestígios da Língua Arabica em Portugal, ou Lexicon Etymologico das Palavras, e Nomes Portugueses, que tem origem Arabica, composto por ordem da Academia Real das Sciencias de Lisboa* (1789). É de assinalar também a lista dos autores portugueses referidos como "excellentes modelos da nossa boa linguagem" (Prólogo)³¹

Sem apresentarmos nestas notas uma análise pormenorizada do significado das referências bibliográficas aduzidas pelos autores, um fato parece contudo evidente: os gramáticos portugueses já tinham tomado conhecimento do pensamento lingüístico de além fronteiras, sobretudo de origem francesa, e começavam a imbuir-se, ainda que lentamente, dum espírito 'moderno'. Por outro lado, dos autores mencionados sobressai a referência a Condillac³², cuja *Grammaire* vai constituir precisamente o modelo das gramáticas dos "Idéologues" franceses³³.

28 O seu nome completo é Gerardus Joannes Vossius.

29 A obra aparece assim referida, mas o título completo é o seguinte: *Cours d'études pour l'instruction du Prince de Parme*, Paris, 1775.

30 A respeito deste gramático diz mesmo: "(...) o juízo de um dos gramáticos mais acreditados neste particular como Grammatico, e como Filosofo, o motivo principal. Tudo o que o Mr. du Marsais appropriou aos Grammaticos da sua nação, he transcendente ao de todas as outras" (p. VI). O título completo da obra citada é *Les Veritables Principes de la Grammaire ou nouvelle grammaire raisonnée pour apprendre la langue latine*, Paris, 1729. César Chesneau do Marsais é autor de numerosos artigos em matéria lingüística da "Encyclopédie ou Dictionnaire Raisonné des Sciences des Arts et des Métiers" (1756) de Diderot et D'Alembert.

31 O recurso às abonações textuais de autores portugueses fora já praticado por Morais Silva.

32 Este foi autor também de "La Langue des Calculs" (1798).

33 Entre eles, contam-se os seguintes: Destutt de Tracy (*Éléments d'Idéologie*, 1801-1815), Domergue (*Grammaire Générale Analytique*, 1796), Sicard e Thiébauld (*Grammaire Philosophique ou la Métaphysique, la logique et la grammaire réunis en un seul corps de doctrine*, 1802).

6. Nota final

As vertentes que aqui apresentamos sumariamente representam apenas uma pequena amostra das idéias lingüísticas em Portugal durante o período de setecentos. Muitos aspectos gerais da reflexão lingüística, de caráter mais abstrato, poderiam ter sido tratados – tais como a origem e natureza de signo lingüístico, o parentesco lingüístico, etc.³⁴ –, para procurarmos as raízes mais profundas das vertentes por nós a floradas. Isso ultrapassaria, porém, o objetivo que nos propúnhamos. Da rápida e superficial passagem por alguns textos, possivelmente os menos teóricos e reflexivos do século, porquanto tinham finalidades essencialmente práticas, aquilo a que na introdução chamamos de "desenvolvimento de competências" (por ex. ensinar as regras da morfo-sintaxe, o código da escrita e a disponibilidade lexical), foi ainda assim possível deprendermos algumas conclusões em que as problemáticas externa e interna subjacentes aos textos se entrelaçam. De fato, ficou claro que no ideário lingüístico de setecentos se registra uma notável diferença entre a segunda metade do século, em que a língua portuguesa foi oficialmente promovida, e a primeira, que se prolonga ideologicamente até à década de setenta, mantendo-se presa à tradição metodológica e terminológico-conceitual do ensino do latim, apesar de nesse período ter estalado a polêmica à volta do *Verdadeiro Método de Estudar* (1746/47), de Luís Antônio Verney, que pretendia revolucionar os programas educativos, entre eles o ensino da gramática portuguesa e latina. Na verdade, a influência da *Aufklärung*, por via francesa, só se torna visível em matéria gramatical com a gramática de Melo Bacelar. Apenas daí em diante emerge dos textos o "iluminismo lingüístico", perpassando todas as vertentes veiculadoras da "norma" e evidenciando um "purismo" que visava a "preservação do antigo e bom uso" (Vilela: 1981).

Tanto as gramáticas, como as ortografias e os dicionários tinham a função de regular e normalizar o uso, indicando, portanto, a "norma" ou o "bom uso", que inicialmente se atinham à imitação quer da língua latina, como ideal de perfeição lingüística, quer ao modelo prescritivo que lhe fora aplicado. A consciência lingüística radica precisamente na assunção da língua moderna como um instrumento de comunicação que merece ser descrito, representando também um ideal de "beleza lingüística". A tônica do século é colocada preferentemente na sincronia, quer dizer, foca sobretudo a língua da época dos autores ou próxima da sua, embora desponte, em obras

34 É o que encontramos no estudo fundamental e imprescindível de Fernando Lázaro Carreter sobre *Las ideas Lingüísticas en España durante el siglo XVIII* (Madrid, CSIC, 1949).

que aqui não abordamos, uma linha de "historicismo" (Droixhe: 1978, 156), patente por exemplo nas seguintes: *Vestigios da Lingua Arabica em Portugal, ou lexicon etymologico de palavras e nomes Portuguezes, que tem origem arabica* (1789), de Fr. João de Sousa, no *Ensaio Critico* (1793) de Antônio das Neves Pereira e, sobretudo, no *Elucidário* (1798-1799) de Santa Rosa Viterbo.

Com as luzes da modernidade, enaltecem-se as línguas modernas, à semelhança do Renascimento, mas por razões de ordem diversa, e faz-se a apologia do seu ensino como porta para todas as formas de saber e uma alfabetização mais facilitada. Se é certo que a influência do pensamento iluminista entre os autores portugueses se manifesta tardiamente, já que ela se torna evidente sobretudo no século XIX, não é menos verdade que os textos das últimas décadas do século XVIII são um cadinho de reflexões, precisadas de re-exame e, sobretudo, de serem confrontadas com as "influências implícitas", isto é, com os textos que possam tê-las fecundado. É sobretudo pelo jogo da comunicação entre os textos metalingüísticos, do chamado "intertexto lingüístico", que poderemos descortinar relações, influências, mudanças metodológicas e ideológicas, e detectar as possíveis originalidades do pensamento lingüístico português. Mas, para isso, é preciso que desenterremos os textos esquecidos e reavaliemos os seus conteúdos no âmbito da história das idéias lingüísticas.

*

BIBLIOGRAFIA

- AUROUX (1989), Sylvain. *Histoire des idées linguistiques*, Vol. I. Bruxelles, Mardaga.
- CASTELEIRO (1980), João Malaca. *Estudo Linguístico do 1º Dicionário da Academia* (1793), *Memórias da Academia das Ciências de Lisboa* (Classe de Letras), pp.47-63.
- DELESALLE (1986), Simone e Chevalier, Jean-Claude, *La linguistique, la grammaire et l'école* (1750-1914. Paris, Armand Colin.
- DROIXHE (1978), Daniel. *La linguistique et l'appel de l'histoire* (1600-1800). Genève-Paris, Librairie Droz.
- GONÇALVES (1990), Maria Filomena. "Lexicologia e Lexicografia nas Antigas Ortografias Portuguesas". *Colóquio de Lexicologia e Lexicografia* (Actas), 26 e 27 de Junho de 1990.
- _____ (1991). "Algumas Notas sobre a Ortografia Portuguesa no Século XVIII (D. Luís Caetano de Lima)". *Biblos*, vol. LXVII. Coimbra, Faculdade de Letras, pp. 263-273.

- _____ (1992). *Madureira Feijó, Ortografista do Século XVIII. Para uma História da Ortografia Portuguesa*. Lisboa, ICALP.
- _____ (1993). "Aspectos da Antiga Gramaticografia Portuguesa: A Gramática Filosófica de João Crisóstomo do Couto e Melo", in *IV Congresso da Língua Galego-Portuguesa na Galiza* (Actas), Vigo.
- _____ (1994). "Lexicografia e Ortografia no *Dicionário da Academia* (1793)". *XX^e Congrès International de Linguistique et Philologie Romanes* (Actes), Tome IV, Section VI-Lexicographie/Iberoromania. Tübingen, Gunther Narr Verlag, pp. 651-664.
- TORRES (1982), Amadeu. "Gramaticalismo e Especulação. A propósito da «Grammatica Philosophica» de Jerónimo Soares Barbosa". *Revista Portuguesa de Filosofia*, tomo XXXVIII- 2 (Actas do I Congresso Luso-Brasileiro de Filosofia, 1981). Braga, pp. 519-542.
- _____ (1994). "A *Grammatica Philosophica* de Bernardo de Lima e Melo Bacelar". *Revista Portuguesa de Filosofia*, tomo L-1/3. Braga, Faculdade de Filosofia da U.C.P., pp. 459-466.
- _____ (1994). "Ainda a *Grammatica Philosophica* de Bernardo de Lima e Melo Bacelar". Braga, *Homenagem a Lúcio Craveiro da Silva*, pp. 51-59.
- VERDELHO, Telmo. "Historiografia Linguística e Reforma do Ensino". A propósito de Três Centenários: Manuel Álvares, Bento Pereira e Marquês de Pombal, Separata de *Brigantia*, 2, 4, 1982, pp.347-383.
- VILELA (1981), Mário. "A Norma "purista" no século XVIII (com base num exemplo)". *Revista de História*, vol. IV, p. 49-61.
- _____ (1982). "A "ilustração" na teoria da linguagem do Cardeal Saraiva". *Boletim de Filologia*, tomo XXVII. Lisboa, pp. 411-425.

*

RES COMMEMORANDAE

INSTRUCCOENS

PARA OS PROFESSORES

DE

GRAMMATICA LATINA,

GREGA, HEBRAICA, E DE RHETORICA,

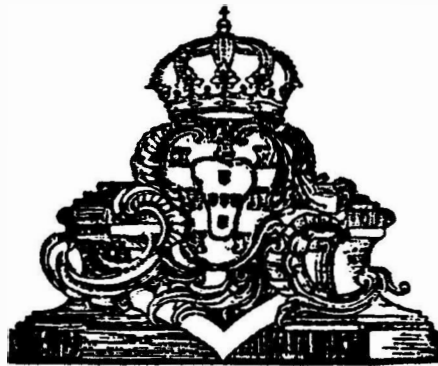
Ordenadas, e mandadas publicar

POR

EL REY

NOSSO SENHOR,

*Para o uso das Escolas novamente fundadas nestes
Reinos, e seus Dominios.*



LISBOA,

Na Offic. de MIGUEL RODRIGUES,

Impressor do Eminentissimo Senhor Cardial Patriarca.

M. DCC. LIX.

Figura 1

.231

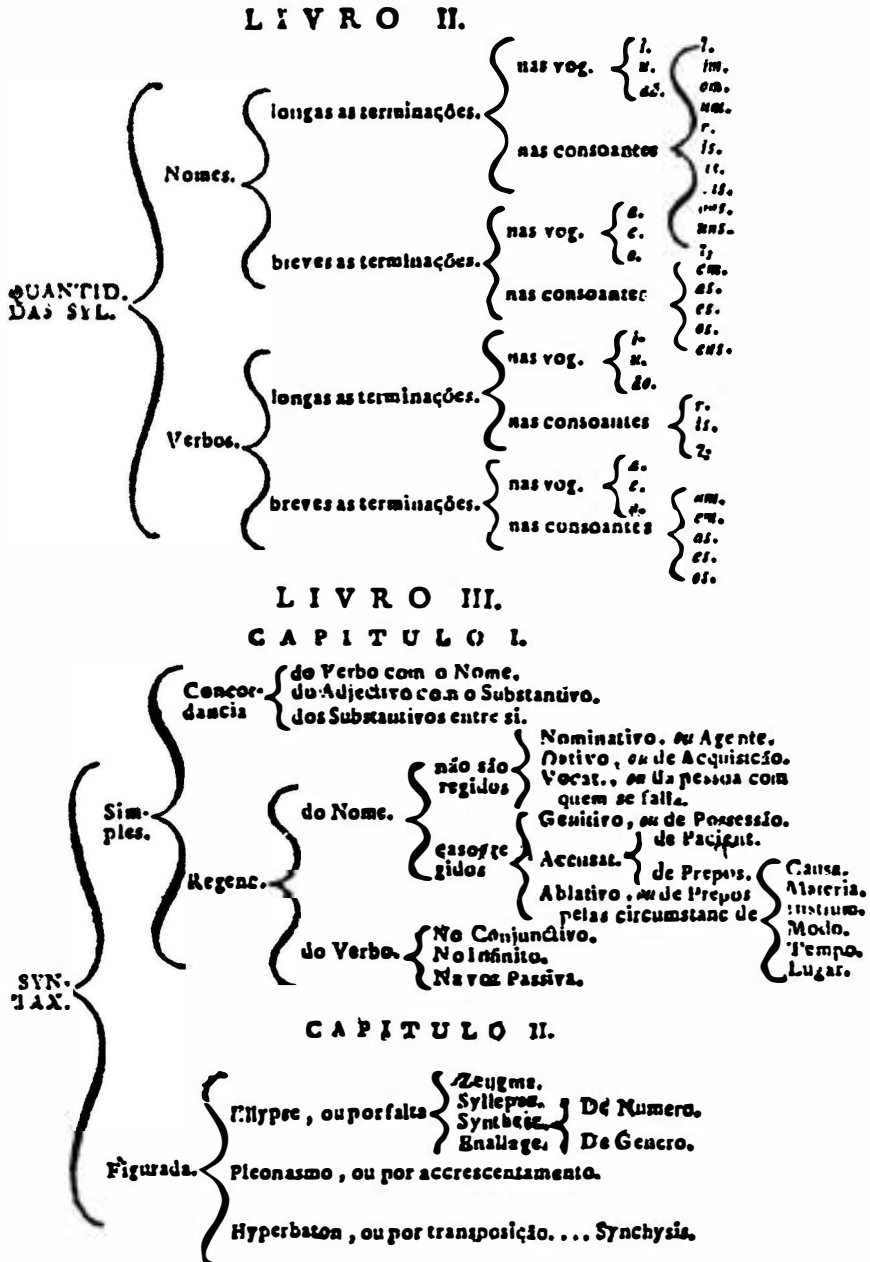


Figura 3